



Dívida externa

A renegociação

Para um país carente de boas notícias na área econômica, capazes de levantar o moral nacional em meio aos solavancos e incertezas da presente caminhada, não poderia ter sido mais feliz o presidente do Banco Central ao anunciar que hoje, em Washington, os credores internacionais do Brasil podem aprovar propostas do Governo no sentido de renegociar a dívida para seu pagamento somente a partir de 1992. Isto vem confirmar, aliás, indícios alentadores que haviam sido captados em Washington e Nova Iorque pelos enviados especiais deste jornal e publicados na edição de domingo último.

A fórmula imaginada pelo Governo e que o dirigente do Banco Central anunciou é a mais realista para o momento, tanto do ponto de vista brasileiro quanto dos próprios credores. Ressalte-se, porém, que nada disso se faz apenas por negociações bilaterais diretas. Foi necessária a intermediação do Fundo Monetário Internacional, entidade própria para funcionar como uma espécie de "avalista moral" dessa e de outras transações, que equivocados espíritos associam com tenebrosas manobras contra os interesses nacionais.

O prazo de mais nove anos pedido pelo Brasil aos credores é uma praxe normal em negociações dessa natureza, levando-se em conta não apenas o volume da dívida a ser paga em curto prazo — e os juros correspondentes — mas também as contínuas necessidades de novos financiamentos externos que o Brasil apresenta, pois não é uma nação estagnada ou em retrocesso econômico, mas um país com vastos recursos naturais e humanos para serem amplamente aproveitados.

A vingar a fórmula dos nove anos de prazo para começo da amortização do principal da dívida, terá a nação brasileira alcançado um relativo alívio das pressões imediatas, de modo a poder concentrar seus recursos — especialmente os dólares gerados das exportações — para a retomada do desenvolvimento interno,

vale dizer, da reativação da indústria e do comércio, da criação de novos empregos, da maior arrecadação de impostos e taxas para controle do déficit público e consequente queda da alta taxa inflacionária que ainda angustia a todos.

É de se ressaltar que a negociação da dívida vinha considerando tanto os compromissos que o país tem de pagar este ano e em 1984 — num total em torno de dezessete bilhões de dólares — como igualmente os que estão programados para 1985 até 1988 e que, segundo o Senador Roberto Campos, consistiriam no maior ponto de estrangulamento externo, porque ali o montante alcançaria valores quase insuportáveis. Demonstrou o Governo a consciência desse fenômeno, com a decisão de postergar o pagamento para depois de 1992, ganhando tempo, portanto, para acumular as reservas necessárias ao enfrentamento da futura situação.

É de se esperar, por tudo o que foi anunciado, que os credores hoje reunidos em Washington com o FMI ajam no sentido de aprovar a proposta brasileira. É verdade que o Brasil é o maior mas não o único devedor internacional. E os dólares do FMI e dos banqueiros internacionais já não são abundantes como antes, igualmente disputados por dezenas de nações em desenvolvimento. Mesmo assim, é de se admitir que a comunidade financeira internacional esteja suficientemente bem informada e consciente da realidade brasileira e aprove a proposta que é a mais realista para o momento, passando ao largo tanto da moratória unilateral quanto da pura e simples obrigação de ter de pagar compromissos a curto prazo para os quais o país não dispõe de recursos.

Se a boa notícia se confirmar plenamente hoje em Washington isto não significa ainda o fim das dificuldades da conjuntura, mas pelo menos será a certeza de que nos próximos nove anos o Brasil terá melhores condições para vencer a recessão e recolocar-se no caminho do desenvolvimento do qual o povo já anda saudoso.